



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

Aprova as regras de financiamento do projeto de caráter transitório para prestação de serviços, via consórcios públicos de saúde, referentes à revisão de Internações Psiquiátricas Involuntárias (IPI) e de Internações Psiquiátricas Voluntárias que se tornam Involuntárias (IPVI), ocorridas nos Hospitais Psiquiátricos vinculados ao SUS no Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995, e Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de Setembro de 2017, e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que estabelece normas sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e regula os tipos de internações psiquiátricas;
- a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995, que dispõe sobre a promoção da saúde e da reintegração social do Portador de Transtorno Mental; determina a implantação de ações e serviços de saúde mental substitutivos aos hospitais psiquiátricos e a extinção progressiva destes; regulamenta as internações, especialmente a involuntária, e dá outras providências;



- a Lei Estadual nº 11.983, de 14 de novembro de 1995, que institui o Fundo Estadual de Saúde – FES – e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais;
- a Lei Estadual nº 18.036, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a constituição de consórcios públicos no Estado e dá outras providências;- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto nº 48.600, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Portaria/SAS nº 2.391, de 26 de abril de 2002, que regulamenta o controle das internações psiquiátricas involuntárias (IPI), que em seu Art. 10, que estabelece que o gestor estadual do SUS constituirá uma Comissão Revisora das Internações Psiquiátricas Involuntárias;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280, de 25 de julho de 2023, que cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 8.879, de 17 de julho 2023, que dispõe sobre as regras de aplicação do Decreto Estadual nº 48.600, de 10 de abril de 2023;
- a Deliberação SES/MG nº , de 18 de setembro de 2024, que aprova a instituição da Comissão Revisora de Internações Psiquiátricas Involuntárias (CERIPI) no Estado de Minas Gerais e dispõe sobre suas diretrizes de funcionamento, nos termos da Lei Estadual 11.802, de 18 de janeiro de 1995, e da Portaria de Consolidação nº3, de 28 de Setembro de 2017, como



política de caráter continuado, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais SUS/MG, e dá outras providências;

- a necessidade de revisão de Internações Psiquiátricas Involuntárias (IPI) e de Internações Psiquiátricas Voluntárias que se tornam Involuntárias (IPVI) realizadas nos Hospitais Psiquiátricos vinculados ao SUS no Estado de Minas Gerais em adequação a legislação vigente;
- a atuação da Comissão Revisora das Internações Psiquiátricas Involuntárias - CERIPI; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 311ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de setembro de 2024.

DELIBERA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as regras de financiamento do projeto de caráter transitório para prestação de serviços, via consórcios públicos de saúde, referentes à revisão de internações psiquiátricas involuntárias ocorridas nos Hospitais Psiquiátricos vinculados ao SUS no Estado de Minas Gerais, referentes à Comissão Revisora das Internações Psiquiátricas Involuntárias - CERIPI, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995, e Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º - Para fins desta Deliberação, consideram-se “Hospitais psiquiátricos vinculados ao SUS no Estado de Minas Gerais” os seguintes estabelecimentos de saúde conforme previsto no Anexo I da Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 18 de setembro de 2024:

- I - Hospital Gedor da Silveira;
- II - Instituto Raul Soares;
- III - Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena;
- IV - Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto Cravo;
- V - Sanatório Espírita José Dias Machado.

Art. 3º - Esta Deliberação tem por objetivo atender ao disposto na Lei Estadual nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995, e Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, em relação aos procedimentos de revisão das internações psiquiátricas involuntárias, ocorridas nos Hospitais Psiquiátricos de Minas Gerais.

Art. 4º - Para os fins desta Deliberação, considera-se:



I - Internações Psiquiátricas Involuntárias (IPI): internações realizadas sem o consentimento expresso do paciente.

II - Internações Psiquiátricas Voluntárias que se tornam Involuntárias (IPVI): internações caracterizadas pela Internação Psiquiátrica Voluntária que se tornam involuntárias quando o paciente internado exprime sua discordância com a manutenção da internação.

III - Consórcios Públicos de Saúde: associações públicas ou pessoa jurídica de direito privado, formadas exclusivamente por entes da Federação que ofertam ações e serviços públicos de saúde à população, constituídas na forma da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

IV - Grupo Gestor da CERUPI-MG: Grupo que possui encargo essencialmente normativo, sem prejuízo da ação executiva, realizando a coordenação das ações de revisão das Internações Psiquiátricas Involuntárias no Estado de Minas Gerais com colaboração das CERUPI Técnicas.

V - Composição do Grupo Gestor da CERUPI-MG: Esse grupo será composto por membros da Coordenação Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, membros do Ministério Público de Minas Gerais, membros do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial, representando o COSEMS-MG, representantes do controle social, dos conselhos de classes profissionais pertinentes a saúde mental, outras representações da sociedade civil que se fizerem pertinentes e coordenado pela chefia da Saúde Mental estadual.

VI - CERUPI Técnica: Grupo de caráter executivo das ações a serem realizadas diretas nos territórios de origem da IPIs e IPVI, composta por equipe multiprofissional.

VII - Equipe multiprofissional: 1 (um) médico psiquiatra; 1 (um) profissional não médico de nível superior da área de saúde mental; 1 (um) profissional, não médico, de nível superior da área de saúde coletiva ou assistência social.

Art. 5º - Para fins desta Deliberação, a definição dos beneficiários deste projeto de caráter transitório observou os seguintes critérios:

I - adequação a Lei Federal nº 11.107/05, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;

II - Consórcios Públicos de Saúde em consonância com as diretrizes constantes na Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280, de 25 de julho de 2023, que cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO).



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 6º - Os Termos firmados terão prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogável pela SES, havendo interesse público devidamente justificado, desde que respeitado o prazo máximo de vigência de 60 (sessenta) meses.

Art. 7º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXOS I E II DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE
2024 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).**

MINUTA CIB



ANEXO I DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

LISTA DE HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS VINCULADOS AO SUS NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

MACRO	MICRO	URS	MUNICÍPIO	PRESTADOR/HOSPITAL	CNES
Sudoeste	São Sebastião do Paraíso	Passos	São Sebastião do Paraíso	Hospital e Núcleo de Saúde Mental Gedor da Silveira	2098946
Centro Sul	Barbacena	Barbacena	Barbacena	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena	2098946
Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Santa Luzia	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Instituto Raul Soares	26999
Triângulo do Sul	Uberaba	Uberaba	Uberaba	Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto Cravo	2195593
Triângulo do Norte	Ituiutaba	Ituiutaba	Ituiutaba	Sanatório Espírita José Dias Machado	2113791

MINUTA CIB



RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

Define as diretrizes e regras de financiamento para incentivo financeiro do projeto de caráter transitório, para prestação de serviços, via consórcios públicos de saúde, referentes à revisão de Internações Psiquiátricas Involuntárias (IPIs) e de Internações Psiquiátricas Voluntárias que se tornam Involuntárias (IPVIs) ocorridas nos Hospitais Psiquiátricos vinculados ao SUS no Estado de Minas Gerais, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 18 de setembro de 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304 de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080 de 19 de setembro de 1990, e 8.689 de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 18 de setembro de 2024, que aprova as regras de financiamento para prestação de serviços, via consórcios públicos de saúde, referentes à revisão de internações psiquiátricas involuntárias ocorridas nos Hospitais Psiquiátricos vinculados ao SUS no Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido na Lei Estadual 11.802, de 18 de janeiro de 1995, e Portaria de Consolidação nº3, de 28 de Setembro de 2017, e dá outras providências.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Definir as diretrizes e regras de financiamento para incentivo financeiro do projeto de caráter transitório, para prestação de serviços, via consórcios públicos de saúde, referentes à revisão de Internações Psiquiátricas Involuntárias (IPIs) e de Internações Psiquiátricas Voluntárias que se tornam Involuntárias (IPVIs) ocorridas nos Hospitais Psiquiátricos vinculados ao SUS no Estado de Minas Gerais, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 18 de setembro de 2024.

Art. 2º - Foram considerados, como parâmetro para definição dos beneficiários, os critérios estabelecidos no art. 5º da Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 18 de setembro de 2024.

Art. 3º - É objetivo deste projeto de caráter transitório, atender ao disposto na Lei Estadual nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995, e na Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, em relação aos procedimentos de revisão das internações psiquiátricas involuntárias, ocorridas no âmbito dos estabelecimentos citados §1º do Art. 1º, baseados nas diretrizes da Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas de Minas Gerais (PESMAD/MG), e em consonância com os princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial.

CAPÍTULO II

DOS PRÉ-REQUISITOS PARA ADESAO

Art. 4º - Para aderir ao Projeto CERIPi-MG, os Consórcios Públicos de Saúde deverão:

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

I - estar em conformidade com a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;

II - estar em conformidade com a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280, de 25 de julho de 2023, que cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências;

III - estar com cadastro regular no Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC);

IV - atender com igualdade e equidade a todos os usuários passíveis de revisão de IPIs e IPVIs.

Parágrafo único - A SES/MG deverá, por meio de instrumento jurídico apropriado, celebrar a adesão à política junto ao Consórcio interessado.

Art. 5º - Fica vedada a participação de Consórcios Públicos que:

I - Possuam contratos com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais para operacionalização regional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU Regional);

II – Consórcios Públicos de Saúde que realizam internações psiquiátricas ou equivalentes;

III- não realizam outros serviços de saúde.

Parágrafo único - Os Consórcios Públicos de Saúde deverão assinar a declaração que não realizam internações psiquiátricas ou equivalentes, previsto no Anexo VI.

CAPÍTULO III

DA HABILITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 6º - Os Consórcios Públicos de Saúde interessados na implementação do Programa deverão enviar para a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) sua Manifestação de Interesse e a Documentação necessária, conforme definido no Anexo I, em até 30 (trinta) dias corridos após a publicação desta Resolução.

§1º - A documentação de que trata o caput deste arquivo deverá ser enviada à CESMAD, através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (unidade SES/SUBRAS/SAE/DPE/CESMAD).

§2º - Serão classificados os Consórcios cuja documentação esteja completa, atendam a todos os pré-requisitos definidos no Capítulo II desta Resolução e sejam aprovados pelo Grupo Gestor da CERIPi-MG.



Art. 7º - Após análise da documentação, os Consórcios serão categorizados como classificados ou não classificados.

Parágrafo único - A divulgação do resultado ocorrerá mediante homologação em ato específico do Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Art. 8º - Os consórcios classificados serão apresentados em CIB Macrorregional ou Microrregional para pactuação no território.

Parágrafo único - O consórcio habilitado para a prestação do serviço atuará no território representado pela Unidade Regional de Saúde das regiões onde se encontram os serviços, podendo contemplar mais de um hospital.

CAPÍTULO IV

DOS VALORES E REPASSE

Art. 9º - Define-se os seguintes valores a serem destinados aos beneficiários:

§1º - Os valores a serem destinados aos beneficiários foram obtidos a partir da seguinte fórmula: Multiplicação do valor do procedimento pela quantidade anual esperada de procedimentos, com um acréscimo de margem de erro de 10 % (dez por cento).

§2º - O procedimento é caracterizado como Revisão de Internação Psiquiátrica Involuntária (com emissão de parecer), com valor unitário de R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais), a ser realizado por equipe multiprofissional.

§3º - O incentivo financeiro de que trata o caput deste artigo será repassado em 3 (três) parcelas anuais aos consórcios públicos de saúde, conforme disposto no Anexo II dessa Resolução.

§4º - Fica reservado à SES/MG o direito de revisão anual desses valores conforme necessidade observada pela área técnica responsável.

§5º - O cronograma de repasse da CERIPi-MG está previsto no Anexo IV desta Resolução.

§6º - O cronograma até a adesão da CERIPi-MG está previsto no Anexo V desta Resolução.

Art. 10 - O recurso financeiro perfaz o valor de R\$ 588.000,00 (quinhentos e oitenta e oito mil reais) que corresponde a R\$14.000,00 (quatorze mil reais) de recurso de capital, que correrá por conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.061.4130.0001 447042 10.1; e R\$



574.000,00 (quinhentos e setenta e quatro mil reais) que corresponde a recurso de custeio, que correrá por conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.061.4130.0001 337041 10.1.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES

Art. 11 - Compete à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais:

I - compor e dirigir o Grupo Gestor da CERUPI-MG, que possui encargo essencialmente normativo, sem prejuízo da ação executiva, realizando a coordenação das ações de revisão das Internações Psiquiátricas Involuntárias no Estado de Minas Gerais com colaboração das CERUPI Técnicas;

II - financiar o custeio das ações da CERUPI no Estado de Minas Gerais, sem prejuízo de financiamento por parte de outros entes federativos, quando couber;

III - monitorar o cumprimento das ações e metas da CERUPI no âmbito estadual, com apoio das referências técnicas regionais das URS responsáveis.

Parágrafo único - Como órgão coordenador das ações das equipes técnicas, esse grupo será composto por membros da CESMAD, membros do Ministério Público de Minas Gerais, membros do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial, representando o COSEMS-MG, representantes do controle social, dos conselhos de classes profissionais pertinentes à saúde mental, outras representações da sociedade civil que se fizerem pertinentes e coordenado pela chefia da Saúde Mental estadual.

Art. 12 - Compete à Secretaria Municipal de Saúde a permissão e facilitação de acesso aos dados pertinentes ao trabalho das CERUPIs em suas regiões, bem como apoiar, segundo suas possibilidades, o trabalho dos profissionais.

Art. 13 - Compete aos Consórcios Públicos de Saúde que aderirem ao projeto das CERUPIs no Estado de Minas Gerais:

I - proporcionar a realização de procedimentos de revisão, auditoria, discussão, e análise de dados, com elaboração de parecer, de saúde dos pacientes, encontrados em prontuários e/ou informados pela equipe responsável, com vistas à confirmação ou à suspensão da internação psiquiátrica involuntária no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após sua comunicação obrigatória, realizada por equipe multiprofissional, conforme diretrizes contidas no Manual da Comissão



Estadual Revisora das Internações Psiquiátricas Involuntárias do estado de Minas Gerais, conforme Resolução SES/MG _____, de 18 de setembro de 2024.

Parágrafo Único - A equipe mencionada no Caput do artigo efetuará, a partir do 15º (décimo quinto) dia de internação, a revisão técnica de cada internação psiquiátrica, emitindo, em 24 (vinte e quatro) horas, laudo de confirmação ou suspensão do regime de tratamento adotado, remetendo cópia ao Ministério Público e ao Grupo Gestor da CERUPI-MG no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 14 - Compete aos profissionais da CERUPI lotada nos Consórcios Públicos de Saúde:

I - seguir as ações definidas na Portaria de Consolidação nº3, de 28 de Setembro de 2017;

II - seguir as recomendações descritas no Manual da Comissão Estadual Revisora das Internações Psiquiátricas Involuntárias do estado de Minas Gerais, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº _____, de 18 de setembro de 2024.

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 15 - O detalhamento das ações e metas a serem desenvolvidas em cada território beneficiado será formalizado por meio de Plano de Trabalho a ser aprovado pela Secretaria de Estado de Saúde e elaborado em conjunto entre Consórcio, Hospitais psiquiátricos em questão e a SES, por meio de sua área técnica em nível central.

Art. 16 - O Plano de Trabalho deverá conter:

I - descrição da equipe multiprofissional, incluindo carga horária e especificidade de vínculo empregatício;

II - descrição do local de trabalho da equipe;

III - metas mensais e semestrais qualitativas e quantitativas;

IV - planejamento de horário protegido para atividades de educação permanente;

V - planejamento de atividades de apoio técnico e supervisão com o Grupo Gestor da CERUPI-MG.

CAPÍTULO VII



DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO

Art. 17 - Para fazer jus aos valores dispostos nesta Resolução, os beneficiários deverão assinar o instrumento de repasse de recurso, nos termos do Decreto Estadual nº 48.600/2023, ou normativa que vier a substituí-lo, em Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES) ou sistema que vier a substituí-lo, no prazo de até 7 (sete) dias corridos, prorrogáveis por mais 7 (sete) dias corridos.

CAPÍTULO VIII

DAS METAS E INDICADORES

Art. 18 - Ficam estabelecidas metas e indicadores para os consórcios que aderirem ao presente projeto de caráter transitório, conforme Anexo II, desta Resolução.

CAPÍTULO IX

DO MONITORAMENTO

Art. 19 - O processo de monitoramento do incentivo financeiro será quadrimestral, utilizando os dados referenciados no Sistema de Comunicação de Internações Psiquiátricas Involuntárias e respectivas Altas (Siapi) do Ministério Público de Minas Gerais, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 20 - O cronograma de monitoramento está estabelecido no Anexo III desta Resolução.

Art. 21 - Todas as informações para fins de monitoramento são de inteira responsabilidade dos seus declarantes, sujeitas às penalidades administrativas, civis e criminais, quando constatada a sua falsidade ou inverdade.

CAPÍTULO X

DAS VEDAÇÕES

Art. 22 - É vedada tolerância ou admissão, na execução do Termo de Compromisso, sob pena de responsabilidade e devolução do recurso:



I - a realização de despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;

II - o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;

III - a utilização em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

IV - a realização de despesas em data anterior à assinatura do Termo e posterior ao término do seu prazo de vigência, excetuadas as liberações financeiras previstas no §2º do art. 12 do Decreto nº 48.600, de 10 abril de 2023;

V - a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica e os atrasos no repasse dos recursos pela SES;

VI - a realização de despesas com publicidade, exceto as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

Parágrafo único - Caso haja descumprimento do caput deste artigo, o Consórcio Público de Saúde, deverá devolver o recurso conforme proporcionalidade do repasse realizado.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - O consórcio público de saúde apresentará no início de cada exercício financeiro o processo eletrônico de prestação de contas, conforme Art. 20 do Decreto nº 48.600, de 10 de abril de 2023.

Art. 24 - Os Termos firmados terão prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogável pela SES, havendo interesse público devidamente justificado, desde que respeitado o prazo máximo de vigência de 60 (sessenta) meses.

Art. 25 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**FABIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**

**ANEXOS I, II, III, IV, V E VI DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE
2024 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).**

MINUTA CIB



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DOS
CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE.**

Item	Relação de Documentos
1	Certificado de Registro Cadastral (CRC) CAGEC (http://www.portalcagec.mg.gov.br), com status regular e demonstrando: “Situação atual normal” no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Situação “Inscrito no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (CADIN-MG)” como “ Não ”.
2	Declaração de manifestação de interesse (Modelo)

MINUTA CIB



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

INDICADORES DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA CERUPI-MG

Indicador 01: Percentual de laudos de revisão de internações psiquiátricas involuntárias realizadas no período regulamentar

Descrição do Indicador: Avaliação do percentual de revisões de IPI realizadas em até 72 horas, conforme preconizado na legislação

Método de cálculo: (Número de laudos de revisão realizados em até 72 horas após a comunicação de IPI / número de internações psiquiátricas involuntárias informadas) X 100.

Periodicidade: quadrimestral.

Meta: 80% dos laudos de revisão de internações psiquiátricas involuntárias realizadas no período regulamentar.

Fonte de dados: Relatórios e declarações de acompanhamento do Plano de Trabalho emitidas pelo Consórcio e municípios e enviadas as URS responsáveis.

Unidade de medida: Porcentagem

Tipo de Fonte: Fonte declaratória

Polaridade: Quanto maior, melhor

Responsáveis pela apuração: Referências Técnicas Regionais das Unidades Regionais de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde.

Indicador 02: Percentual de Execução do Plano de Trabalho

Descrição do Indicador: Avaliação do percentual de cumprimento do Plano de Trabalho elaborado pelo consórcio junto aos municípios e aprovado pela Secretaria de Estado de Saúde.

Método de cálculo: (Número de ações executadas / número de ações planejadas) X 100.

Periodicidade: Quadrimestral.



Meta: mínimo de 90% de execução do Plano de Trabalho

Fonte de dados: Relatórios e declarações de acompanhamento do Plano de Trabalho emitidas pelo Consórcio e municípios.

Unidade de medida: Porcentagem

Tipo de Fonte: Fonte declaratória

Polaridade: Quanto maior, melhor

Responsáveis pela apuração: Referências Técnicas Regionais das Unidades Regionais de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde.



ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

CRONOGRAMA DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DA CERIPi-MG

PERÍODO DE MONITORAMENTO	APURAÇÃO DOS RESULTADOS	MONITORAMENTO DOS INDICADORES
Janeiro a abril	Maio	Junho
Maio a agosto	Setembro	Outubro
Setembro a dezembro	Janeiro	Fevereiro

MINUTA CIB



ANEXO IV DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

CRONOGRAMA DE REPASSE DA CERIP-MG

PARCELA	ANO	VALOR
1º	2024	R\$98.000,00*
2º	2025	R\$ 280.000,00
3º	2026	R\$ 210.000,00**

* 3 meses + aporte inicial: 10% de 12 meses/2

** janeiro a setembro de 2026



ANEXO V DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

CRONOGRAMA ATÉ ADESÃO DA CERIPi-MG

ETAPA	PRAZO
Publicação CIB/SUS	Setembro
Sensibilização dos consórcios	10 dias úteis após publicação
Prazo para adesão (envio dos documentos)	20 dias úteis após sensibilização
Aporte inicial	Imediato após adesão
Treinamento	30 dias
Início das atividades	Final dos treinamentos
Pagamento da primeira parcela	60 dias úteis

MINUTA CIB



ANEXO VI DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

DECLARAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE QUE NÃO REALIZAM
INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS OU EQUIVALENTES

DECLARAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE QUE NÃO REALIZAM
INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS OU EQUIVALENTES

De acordo com exposto no Art. 5º da Resolução CIB/SUS-MG nº _____, de _____ de _____ de 2024, o Consórcio _____, inscrito no CNPJ _____, por meio do seu representante legal _____, declara que não realiza internações psiquiátricas ou equivalentes, exercendo os preceitos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial.

O Consórcio _____ está ciente que a não observância das diretrizes estabelecidas na Deliberação CIB/SUS-MG nº _____, de _____ de _____ de 2024 e de suas obrigações legais, caso seja selecionado como beneficiário, implicará em sua imediata desqualificação.

Local _____ e _____ data _____

Assinatura do Representante Legal

MINUTA CIB